

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E TRÊS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Lourenço Paour Miguel Costa, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, Zulmira Guterres dos Santos, José Fernando de Almeida Louro e Ana Sara Pessoa Sequeira.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado. -----

----- **Independente (IND):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, que justificou a sua ausência e foi substituído por Pedro Louro. -----

----- Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ana Sequeira.-----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Machado -----

----- Às dezoito horas e trinta minutos e cinco, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- Disse que tinham uma Assembleia extensa e pedia compreensão para um aditamento que tivera de realizar com mais dois pontos na ordem de trabalhos. Em alguns dos pontos era necessária a aprovação da ata em minuta. -----

----- Se fosse necessário algum esclarecimento técnico adicional, desde já pedia autorização para o Executivo poder passar a palavra à doutora Filomena Marques.-----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** solicitou que os fregueses identificassem o seu nome e morada, porque, caso o Executivo não tivesse condições de prestar os esclarecimentos nesse momento, seria posteriormente enviado para a sua residência. ---

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde. O meu nome é Frederico Guerreiro, resido no Beco do Alegrete, nº 16, rés-do-chão, que é território da Freguesia de Santa Maria Maior. Desde já cumprimento também todas as famílias da mesma Freguesia de Santa Maria Maior, cumprimento a Mesa da Assembleia pela pessoa do seu Presidente, cumprimento o Executivo de Junta de Freguesia pela pessoa do seu Presidente e cumprimento as várias bancadas dos eleitos dos vários partidos da Freguesia de Santa Maria Maior. -*

----- Senhor Presidente desta Assembleia de Freguesia, Senhor Sérgio Cintra, pergunto porque é que ao longo de todos estes meses as propostas que eu apresentei nas anteriores Assembleias de Freguesia não há resposta, continuamos teimosamente a realizar as Assembleias num espaço que não tem condições, isto não tem condições, é uma encruzilhada de becos para cima com escadas, vê-se realmente o número de participantes que estão nesta Assembleia. -----

----- O Senhor disse que ia tratar do assunto, mas até agora nada fez. Por aquilo que eu realmente observo, continuamos teimosamente neste espaço que não tem condições para receber a população de Santa Maria Maior. -----

----- Mais uma proposta que eu desejo na minha condição de habitante de Santa Maria Maior, desejo apresentar à Assembleia, que é para melhor condução de trabalhos a compra de um relógio, para que seja instalado no espaço onde se realiza a Assembleia, para se contabilizar melhor o tempo e para gerir também melhor os minutos que cabem não só à população, como aos eleitos, como ao Executivo e à Mesa da mesma Assembleia. Portanto a Junta de Freguesia tem verbas, é comprar o relógio para contabilizar os minutos por cada intervenção. -----

----- Também vou perguntar ao mesmo Senhor Presidente da Assembleia de Santa Maria Maior porque é que esta Assembleia não tem as três bandeiras oficiais. É tão importante o valor das bandeiras oficiais. Não estão no espaço desta Assembleia, porquê Senhor Presidente Sérgio Cintra? -----

----- E também vou-lhe perguntar porque é que a Mesa da Assembleia de Freguesia, onde o Senhor Presidente da mesma se encontra sentado, tem panos e depois a mesa do Executivo de Junta de Freguesia não tem e depois as mesas de todos os eleitos pela Freguesia também não têm. Portanto, isto possivelmente é uma política de discriminação, possivelmente. -----

----- Temos de começar a levar a política a sério. Eu estou aqui ao serviço da causa pública, não estou aqui para almoços nem para jantares e vão continuar-me a ouvir. -

----- Passo agora muito rapidamente, porque é só três minutos, para a mesa do Executivo de Junta de Freguesia. Desejo perguntar ao Senhor Presidente Miguel Coelho como é que está a situação das instalações para receber a equipa técnica da Câmara Municipal, porque vai fazer um ano em que a mesma equipa da Câmara Municipal foi recebida numa cozinha e eu alertei o Senhor Presidente e os serviços da competência da Junta. Caiu o Carmo e a Trindade, só faltou ser agredido. -----

----- A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior tem muitas instalações. Há que saber receber bem quem vem à nossa Freguesia. Portanto, para o mês que vem, que é o mês de outubro, vem uma equipa da Câmara Municipal, faço votos para que não seja recebida mais uma vez na cozinha, porque a cozinha não tem condições. Aquilo é tão estreitinho que as pessoas estão todas ali encostadinhas umas às outras. Portanto, há que saber receber bem, como eu também sei receber bem quando tenho visitas na minha casa. Não recebo as minhas visitas na cozinha. -----

----- Desejo também perguntar ao Senhor Presidente, e para concluir...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se estava a dirigir-se a si, porque ao Senhor Presidente da Junta não podia. Perguntava a si, que depois endereçava a questão. -----

----- **Freguês Frederico Guerreiro:**-----

----- “Muito bem, então seja feita a sua vontade. Pergunto porque é que na revista oficial da Junta de Freguesia e bem está a fotografia do Senhor Presidente e está uma frase do Senhor Presidente Miguel Coelho, que é, “qualidade de vida precisa-se para Santa Maria Maior”. Eu pergunto, qualidade de vida, Senhores Presidentes, começa

pela qualidade dos nossos passeios de Santa Maria Maior. O Senhor já viu no estado vergonhoso em que se encontram os passeios da Rua do Benfornoso, mais os passeios da Rua do Terreirinho, mais os passeios da Calçada Agostinho de Carvalho? E não digo mais porque só tenho três minutos. As pessoas estão a cair, vão continuar a cair e ninguém é responsável por nada.-----

----- *Os serviços da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior continuam a não responder aos habitantes. Zero de respostas. Portanto, eu faço votos, eu sei que estão no final do vosso mandato, vão concluir doze anos nesta Junta, por favor, ainda estão a tempo de fazer algum trabalho em prol da causa pública, começando pela qualidade dos passeios. Há uma senhora na Rua do Benfornoso que está detida em casa porque já caiu no buracão que está junto à sua porta e não veio mais à rua com medo de voltar novamente a cair. Portanto, temos que ter respeito pelos nossos avós.*-----

----- *Faço votos para que haja uma intervenção com a máxima urgência para a Rua do Benfornoso nos próximos dias, porque se não acontecer eu vou para as televisões. Eu vou para as televisões mesmo, é que eu vou mesmo para as televisões.*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinham ali um equilíbrio no espaço, atendendo às condições previstas para a transmissão das Assembleias de Freguesia com o equilíbrio também da localização.-----

----- *Agradecia todas as outras notas, tentariam realizar as Assembleias noutra espaço. Pedia que eventualmente a questão das bandeiras e da toalha da mesa pudesse ser corrigida, mas se não fosse possível nada tinha a opor que ela fosse retirada da mesa onde se sentava.*-----

----- *As outras considerações que o Senhor Frederico fazia, a democracia permitia que fizesse e respeitava. Não concordava com elas, mas a vida era exatamente assim.*-----

----- *Sobre as questões colocadas a si, para que o Executivo tivesse capacidade de responder, também agradecia bastante a questão do relógio, mas pensava que não havia necessidade porque geriam esse processo como uma extensão daquilo que era também a família. Tinham tolerância, da mesma maneira que tivera tolerância para estar a ouvir quando ultrapassou os três minutos, os quatro e os cinco e não foi interrompido, só quando estava a dobrar o tempo previsto tinha pedido que terminasse a intervenção. O relógio, à falta de melhor, havia no telemóvel e resolvia o processo.*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as questões do Senhor Frederico. Estava sempre atento às questões que colocava, umas achava justas e muito oportunas, que permitiam corrigir situações, outras respeitava mesmo considerando que não eram válidos enquanto questões.-----

----- *Só tinham uma sede central, aquela que tinha entrada pela Rua da Madalena e pela Rua dos Fanqueiros. Quando a Câmara ia lá receber inscrições só as podia receber na sede e o único espaço que tinham para ceder à Câmara era onde se realizava uma mesa de voto, não tinham lá nenhuma cozinha, onde se votava com toda a dignidade e se escolhiam os representantes da República. Portanto, ofereciam à Câmara aquilo que tinham e não aquilo que não tinham e não tinha nenhuma reclamação da Câmara em relação às condições com as quais os recebiam.*-----

----- *Quanto ao resto, partilhava perfeitamente bem aquilo que foi dito. A qualidade de vida também se media muito pela qualidade do espaço público. Havia outros fatores que aferiam da qualidade de vida, mas esse era o ruído, a mobilidade e a segurança e, claro, a qualidade do espaço público e a segurança nos passeios.*-----

----- *Tinham feito ao longo dos anos todos um grande esforço no investimento para a melhoria da qualidade do espaço público de circulação pedonal. Ali perto tinham a principal obra, que foi a Rua dos Remédios, uma obra de grande vulto, de grande*

envergadura, que até correu muito bem e foi talvez a primeira obra emblemática, mas só em Alfama arranjaram a Rua da Regueira ainda recentemente, arranjaram a Rua de São Pedro... uma completa anarquia do ponto de vista da mobilidade automóvel, onde os carros andavam em cima dos passeios. Não havia capacidade de resposta para isso tudo, nem outra Junta de Freguesia teria, cada vez que se tapava um buraco num lado havia algures na Freguesia um outro buraco a abrir. -----

----- Havia as concessionárias e com as quais não podiam fazer nada, que abriam buracos e depois não tapavam bem. Também havia esse problema. -----

----- Queria dar uma boa notícia e até parecia que tinha acertado ou adivinhado. Determinado tipo de obras carecia de planificação, de concurso, de consulta a entidades, não havia um estalar de dedos e estava a obra feita. Tinha assinado no mês anterior o contrato de adjudicação a várias empresas, depois das devidas démarches, consulta pública a três entidades e iriam começar a recuperação da Calçada Agostinho Carvalho em outubro e também em outubro começar a recuperação da Rua do Benfornoso. -----

----- Estava a falar dos passeios, porque na estrada a Junta não tinha competências legais para intervir, a não ser por delegação de competências. Também iriam começar a recuperar todos os passeios da zona da antiga Freguesia da Sé, que fazia a transição entre Alfama e a Rua da Madalena, que também estavam completamente perigosos do ponto de vista da circulação pedonal, a pedra estava muito gasta e as pessoas escorregavam e caíam. -----

----- Aproveitava a feliz pergunta, com a qual se identificava. Se não houvesse segurança de circulação pedonal também não havia qualidade de vida, mas iam começar já no próximo mês essas intervenções e esperava que corresse bem, porque os empreiteiros não eram trabalhadores da Junta, tiveram que adjudicar a empresas mediante o concurso, a consulta. Portanto, esperava que corresse bem e que as empresas correspondessem à expectativa que tinham em relação ao trabalho que aceitaram fazer no caderno de encargos.-----

----- **Freguês Vitor Agostinho** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde a todos, é muito rápido, apenas um chamamento de atenção em relação aos sanitários públicos. Como todos sabem, os sanitários públicos 90% das vezes estão abertos para as pessoas que nos visitam. Se os sanitários públicos durante o dia estão fechados é complexo, como é natural. Ainda agora, aqui perto, o sanitário público está fechado. Ainda no sábado, penso que seja da jurisdição daqui da Freguesia, na Ribeira das Naus, onde passam milhares de pessoas todos os dias, estive lá, foi a primeira vez, o sanitário estava fechado à tarde, o que leva a que toda aquela zona é uma zona de imundície porque as pessoas, estando as casas de banho fechadas, urinam para o chão, o que cria graves dificuldades.* -----

----- *Apenas este chamamento de atenção, uma atenção particular em relação ao problema dos sanitários públicos na nossa Freguesia, de uma forma geral na cidade, mas na nossa Freguesia era muito importante haver alguma atenção em relação a isto.*

-----*Muito obrigado.*” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a informação e disse que iriam apurar o que se passava. Havia um horário e os trabalhadores dos sanitários também tinham direito ao seu horário e descanso. Não tinham recursos para estar abertos 24 horas sobre 24 horas, mas durante o horário tinham que estar abertos e o referido sanitário era da responsabilidade da Junta de Freguesia. Iria procurar saber o que se passou nessa situação concreta. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- Pelo falecimento de Fausto Bordalo Dias -----
 ----- Na madrugada do dia 1 de julho, faleceu, aos 75 anos, um dos maiores nomes da cultura portuguesa, Fausto Bordalo Dias, mais conhecido simplesmente por Fausto, uma figura incontornável pertencente a uma geração de artistas que fizeram da música de intervenção uma arma de resistência e luta. -----
 ----- Nascido em pleno oceano Atlântico, a bordo do navio Pátria, mar esse que marcaria tanto a sua futura obra, Fausto passou parte da infância e adolescência em África, onde se deixou influenciar pelos ritmos africanos que viria, mais tarde, a conjugar com a música tradicional portuguesa. -----
 ----- Instala-se em Lisboa aos 20 anos, onde concluiu a licenciatura em Ciências Políticas no atual ISCSP. Em 1969 edita o seu primeiro sucesso, "Chora, amigo chora", que o levou a ganhar o Prémio Revelação da Música Portuguesa, ao qual se seguiu, no mesmo ano, o lançamento do seu primeiro álbum "Fausto". Com a aproximação ao movimento associativo de Lisboa, inicia a sua longa amizade e colaboração com um grupo de cantores e músicos politicamente empenhados e opositores ao regime do Estado Novo. Em 1974 ajudou a fundar o Grupo de Ação Cultural-Vozes da Luta (GAC), juntamente com José Mário Branco e muitos outros. -----
 ----- Nesta época, lança também "Pró que Der e Vier" (1974) e "Beco com saída" (1975), trabalhos iniciais marcados pelos anos quentes da Revolução. "Madrugada dos Trapeiros" (1977) ou "Histórias de Viageiros" (1979) são álbuns que evidenciam uma faceta socialmente mais consciente e abrem caminho para a década de 80, em que assistimos a alguns dos seus maiores sucessos musicais. -----
 ----- Em 1982 lança "Por Este Rio Acima", o primeiro da série "Lusitana Diáspora", hoje considerado como um dos álbuns de música popular portuguesa mais marcantes das últimas décadas, inspirado nas viagens narradas na obra "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto. Com uma abordagem sensível e complexa ao tema das grandes explorações marítimas portuguesas. Em 1989 com "Para além das cordilheiras" venceu o Prémio José Afonso. -----
 ----- Em 1994 é editado o segundo álbum da trilogia, "Crónicas da terra ardente", e em 2011 encerra a trilogia com "Em busca das Montanhas Azuis", formando assim uma série singular e incomparável na música portuguesa. Em 2003 compôs "A Ópera Mágica do Cantor Maldito", centrado na história portuguesa pós-25 de Abril. Na companhia de José Mário Branco e Sérgio Godinho, realizou o espectáculo "Três cantos" em 2009, que depois deu origem a um álbum com o mesmo nome. -----
 ----- Um dos maiores nomes da música portuguesa, que marcou o seu tempo e os tempos que não-de vir. Durante décadas, as suas canções acompanharam e inspiraram lutas pela igualdade, pela justiça e pela emancipação. O Bloco teve a honra de contar com o apoio do Fausto em muitas eleições desde a sua fundação. É com tristeza e pesar que apresentamos este voto. -----
 ----- Vais fazer-nos sempre lembrar um sonho lindo! -----
 ----- Assim, o Eleito/a do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2024, que delibere: -----
 ----- 1. Manifestar profundo pesar pelo falecimento de Fausto Bordalo Dias, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----
 ----- Lisboa, 24 de setembro de 2024-----
 ----- As/os eleitos do Bloco de Esquerda -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Fausto Bordalo Dias”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que tinha falado informalmente com o Rodrigo sobre esse voto apresentado pelo BE e queria dar nota que o Executivo da Junta se associava com todo o gosto.-----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que naturalmente subscrevia esse voto de pesar.

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que acompanhava, o PSD também subscrevia a esse voto de pesar.-----

----- **Eleito Lourenço Paour (PS)** disse que o PS também acompanhava o voto de pesar.-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que estava implícito, se votaram por unanimidade era porque estavam todos de acordo com o voto. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Moção** -----

“-----*Pela disponibilização de alojamento a professores/as deslocados e colocados no concelho de Lisboa* -----

----- *Considerando que:* -----

----- 1. *O ano letivo teve início entre os dias 12 e 16 de setembro de 2024;* -----

----- 2. *Apesar das promessas do Governo PSD/CDS, o ano novo começa com falta de professores, numa situação agravada em 36%: no ano passado havia 90 mil crianças afetadas, este ano serão 123 mil. Estes números são estimativas do especialista Arlindo Ferreira, sendo que o Movimento Missão Escola Pública estima que no início do ano letivo haja cerca de 200 mil alunos e alunas sem professor.* -----

----- 3. *O problema da falta de professores tem expressão agravada na Área Metropolitana de Lisboa (AML), visto que dos 163 agrupamentos escolares sinalizados em 51 concelhos, 119 estão na AML.* -----

----- 4. *Esta situação prende-se, principalmente, com o elevado custo da habitação em Lisboa e na AML.* -----

----- 5. *Lisboa é o concelho do país com o preço médio de arrendamento habitacional mais elevado do país;*-----

----- 6. *As baixas remunerações associadas aos preços das casas, sem a atribuição de qualquer complemento para o efeito, tornam impossível para estes/as profissionais aceitar as colocações e fazer face às despesas de deslocação;* -----

----- 7. *É obrigação do Estado garantir educação gratuita de qualidade a todas as crianças até aos 18 anos ou 12º ano de escolaridade, promovendo a igualdade de oportunidades;*-----

----- 8. *A colocação de professores/as é da responsabilidade do Ministério da Educação.* -----

----- 9. *O Ministério da Educação anunciou um subsídio à deslocação dos professores que sejam colocados nos agrupamentos que estão com maiores carências, mas este subsídio cria desigualdades entre professores/as e pode criar problemas noutras disciplinas.* -----

----- 10. *O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa prometeu em 2023 lançar um programa para subsidiar a habitação aos docentes deslocados. No entanto, não se conhece o resultado do programa do ano letivo 2023/2024, que foi lançado muito tardiamente.* -----

----- 11. Da mesma forma, neste ano letivo 2024/2025 ainda não se conhece se o programa será renovado e, assim, a sua eficácia está muito diminuída visto que desde julho de 2024 que os primeiros professores e professoras foram colocados. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 25 de Setembro de 2024, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

----- 1. Instar a CML a disponibilizar alojamento a preço acessível (isto é, que não exceda os 30% do rendimento base) aos docentes do ensino básico e secundário que residam fora da Área Metropolitana de Lisboa e sejam colocados em estabelecimentos da área do Município de Lisboa; -----

----- 2. A efetuar as diligências necessárias, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, tendentes à resolução desta questão. -----

----- Lisboa, 24 de setembro de 2024. -----

----- As/os eleitos pelo Bloco de Esquerda. ----- ”

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que todos os anos se debatiam com esse problema na Cidade de Lisboa e pelo País inteiro, haver uma série de professores deslocados que depois encontravam um grande obstáculo à execução do seu trabalho e que era o preço da habitação, o facto de não terem uma habitação digna. Muitos viviam em situações bastante precárias, partilhavam quartos, etc., faziam dezenas ou centenas de quilómetros por dia para poder trabalhar. -----

----- Os jovens mereciam um ensino de qualidade, gratuito, universal e para isso era preciso professores. Sem professores não se fazia a escola pública e, portanto, achava que o Município de Lisboa, como todos os municípios do País, na realidade tinha uma obrigação de ajudar e de fazer com que esses professores conseguissem uma habitação e conseguissem realizar o projeto da escola pública. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a título individual gostaria de subscrever a moção. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** referiu que no ponto 10 da moção era dito o seguinte: -----

----- “O Presidente da Câmara de Lisboa prometeu em 2023 lançar um programa para subsidiar a habitação aos docentes deslocados. No entanto, não se conhece o resultado do programa do ano letivo 2023-2024, que foi lançado muito tardiamente.” -----

----- Em primeiro lugar, os concursos de habitação municipais, quando eram programas de renda acessível tinham a ver com a disponibilidade das casas que iam sendo disponibilizadas e, por outro lado, foi criado um programa especial para ajustar realidades de honorários especificamente para professores e por exemplo polícias, agentes da autoridade. -----

----- Era verdade que os indicadores só iam sair em 2025, porque se estavam a tentar ajustar os questionários. Os formulários já existiam e não estavam absolutamente dirigidos para criar indicadores da procura a esses concursos e como eles tiveram esse tipo de adesão relativamente estrita à profissão de professor. No entanto, sabiam que muitos aderiram ao SMA, o subsídio municipal de apoio ao arrendamento, e foram concorrendo aos vários programas que o Município tinha. -----

----- Era a informação que tinha, mas um facto que os indicadores eram difíceis de desagregar nesse momento e só em 2025 a Câmara Municipal iria conseguir fornecer esses indicadores. De qualquer das formas, sabiam que muitos professores aderiram principalmente ao subsídio municipal do apoio ao arrendamento, que dava um terço da renda para determinados escalões. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que iam votar a favor dessa moção. Já não era a primeira vez que o BE apresentava essa moção e era evidente que muitos dos problemas ali colocados, promoções, requerimentos, etc., era sempre repetido porque o problema da habitação era grave no país e em especial ali em Lisboa.-----

----- Claro que os docentes que iam dar aulas para Lisboa sofriam como os médicos e os enfermeiros, toda a gente precisava de uma casa, só que apesar dessas e outras profissões serem muito importantes para a população não deveriam ter que concorrer aos concursos da Câmara Municipal, porque era a mesma coisa que ficar à espera sentado. Não chegava para toda a gente e não chegavam lá. -----

----- Lembrava-se que uns anos atrás, quando o Senhor Medina era Presidente da Câmara, ele disse a uma moradora que foi lá pedir casa “A senhora tem que concorrer, a senhora não concorre todos os meses para o totoloto? Isto é como se fosse um totoloto”.

----- A questão da casa era isso mesmo, era um totoloto, porque na altura o Presidente Medina disse isso a uma moradora, infelizmente era assim mesmo. Portanto, tinha era que haver outras medidas para resolver esses problemas da habitação.-----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que naturalmente toda a gente concordaria com aquilo que se dizia na moção do Bloco de Esquerda, que era necessário disponibilizar alojamento a professores colocados no Concelho de Lisboa. A questão eram as soluções. Através do Governo procurou-se criar um subsídio à deslocação, a Câmara Municipal criou um programa, mas de facto, como dizia a representante do PCP, na verdade as casas não existiam. -----

----- Portanto, essa moção parecia-lhe redundante. Naturalmente que todos concordavam com o teor da moção, mas não existiam casas. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que gostaria só de esclarecer que de facto o programa de renda acessível, se quisessem chamar um totoloto porque era um sorteio e um concurso, as pessoas não controlavam e podiam era escolher as casas para onde iam nesse concurso, os outros programas municipais não era assim que funcionavam, era uma candidatura, tinha uma pontuação, nomeadamente o programa de apoio ao arrendamento chamado “habitação social em bairros municipais”. Era uma pontuação cheia de critérios e um regulamento muito apertado. -----

----- O subsídio municipal de apoio ao arrendamento, a que chamavam SMA, tinha o SMA do regulamento e que fizeram uns especiais que foram a reunião de Câmara. Qualquer pessoa que quisesse um subsídio municipal fazia um contrato de arrendamento a contar que a Câmara lhe dava um terço da renda se estivesse dentro daqueles escalões. Portanto, não era um totoloto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a hora em que estava a decorrer a reunião a arquiteta Helena Roseta apresentava um livro sobre uma das bandeiras que ela teve durante o seu percurso de vida, referente à habitação. Iniciou a luta ainda no período do Estado Novo e prosseguiu até agora. -----

----- Se havia alguma forma de homenagear era ficar a justificação de que os Eleitos da Freguesia de Santa Maria Maior, pelo cumprimento de funções cívicas, não podiam alguns deles estar na Assembleia da República.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela disponibilização de alojamento a professores/as deslocados e colocados no concelho de Lisboa”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (7PS, PCP, PEV e BE), 2 votos contra (PSD e Ind.) e 1 abstenção (PS)-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

----- *Pela apresentação urgente de Regulamento para os veículos denominados "Tuk-Tuk"* -----

----- *Em 23 de Julho de 2014, data em que se estimava a existência em Lisboa de 50 a 70 veículos "Tuk-Tuk" e 8 empresas e/ou operadores individuais, os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa requereram à CML, informação sobre o reconhecimento da necessidade de elaboração de um Regulamento Municipal para definição de regras nesta actividade e sobre a recolha e tratamento de dados por parte dos serviços com vista à elaboração desse mesmo regulamento.*-----

----- *Em Fevereiro de 2015 a AML tinha a informação que um regulamento sobre a circulação dos veículos Tuk-Tuk se encontrava em fase adiantada de elaboração e que consideraria as sugestões apresentadas pela 2ª Comissão.*-----

----- *Em Julho de 2015 o PCP em sessão de perguntas à CML voltou a questionar a CML sobre o andamento dos trabalhos de elaboração desse regulamento, tendo sido dada uma resposta inconclusiva.*-----

----- *Na reunião de 15 de Setembro de 2015, a Assembleia Municipal de Lisboa, por proposta do PCP, deliberou por unanimidade recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: "Que o Executivo Camarário providencie as diligências necessárias para apresentar a proposta de regulamento à Assembleia Municipal de Lisboa com carácter de urgência, de modo a resolver esta situação".*-----

----- *Em 21 de Dezembro de 2016, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou submeter a consulta pública o "projecto de regulamento municipal respeitante à circulação de veículos afectos à actividade turística", nos termos da Proposta nº 757/2016.*-----

----- *Em Junho de 2018 os Vereadores do PCP requereram informação relativa ao processo e resultado da consulta pública e ponto de situação sobre o Regulamento Municipal.*-----

----- *Em plena época alta de turismo, em 2024, o presidente da CML anunciou publicamente que os veículos Tuk-Tuk terão licenciamento obrigatório e estacionamento limitado e que, volvidos 10 anos, irá continuar a trabalhar no regulamento que visa ordenar esta actividade.*-----

----- *Até à presente data, não se conhece por parte da Câmara Municipal de Lisboa qualquer informação sobre esta matéria, nem prazos, previstos para a apresentação de uma proposta de regulamento após a respectiva consulta pública.*-----

----- *Entretanto a cidade e com grande impacto na freguesia de Santa Maria Maior é afectada diariamente com a circulação destes veículos, sem qualquer regulação, circulando por todas as artérias, parando onde conseguem, criando graves problemas de mobilidade na freguesia.*-----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, na sua reunião de 25 de setembro delibere recomendar à CML para, com carácter de urgência:*-----

----- *1. Prestar toda a informação de que disponha sobre o licenciamento desta actividade e das regras específicas que pretende adoptar quanto ao estacionamento dos veículos Tuk-Tuk bem como os prazos previstos para a aplicação destas medidas.*-----

----- *2. Informar do ponto da situação referente ao Regulamento Municipal respeitante à circulação de veículos afectos à actividade de animação turística.*-----

----- *Os Eleitos CDU, Lurdes Pinheiro (PCP) e Hugo Duarte (PEV)*-----”

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que apenas queria felicitar por essa recomendação, porque também reforçava o discurso sobre essa questão que tinham vindo a fazer há muitos anos. Ainda na semana anterior tivera oportunidade, na Assembleia Municipal descentralizada, de falar sobre essa questão em concreto.-----

----- Os tuc-tuc não eram uma atividade licenciável, eram uma atividade registada na inspeção do turismo ao abrigo de licenciamento zero. O que a Câmara podia fazer e nunca o fez e não queria fazer e porventura não tinha coragem para fazer era um regulamento de circulação para os tuc-tuc, através de limitações de circulação em determinados sítios, através do estabelecimento de zonas de estacionamento que fossem efetivamente depois fiscalizadas. -----

----- De momento, face à alteração da Lei do licenciamento zero, porque essa atividade nitidamente não deveria estar abrangida por licenciamento zero, em sua opinião, mas enquanto isso não fosse feito havia ali muita coisa que a Câmara podia fazer e não tinha querido fazer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta era o que estava consagrado no ponto 2 da proposta de deliberação da CDU, mas por experiência sabiam todos que isso era por etapas. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Pela apresentação urgente de Regulamento para os veículos denominados Tuk-Tuk”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDU, BE e Ind.) e 1 abstenção (PSD). -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Obra do Plano do Plano Geral de Drenagem de Lisboa*-----

----- *A obra do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, trouxe consigo um conjunto de limitações à mobilidade dos cidadãos (encerramento de vias, instalação de estaleiros, desvios de trânsito, entre outros) com todos os problemas daí decorrentes numa área significativa do território da freguesia de Santa Maria Maior nomeadamente do Bairro de Alfama.* -----

----- *Há cerca de dois anos a CML promoveu uma reunião de esclarecimentos com a população, daí até ao momento nada mais foi comunicado, contrariando a informação veiculada nesse encontro.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, na sua reunião de 25 de setembro 2024 delibere recomendar à CML para, com carácter de urgência promover uma reunião de esclarecimento com a população, relativa ao ponto de situação da obra do Plano de Drenagem, nomeadamente na área abrangente da freguesia.*-----

----- *Os Eleitos CDU, Lurdes Pinheiro (PCP) e Hugo Duarte (PEV)* -----”

----- Disse que essa recomendação ia de encontro a outras que já ali tinha feito sobre essa questão da reunião. Na primeira reunião, antes das obras se iniciarem, houve uma reunião com a população e foi prometido que ao fim de seis meses haveria nova reunião para fazer ponto de situação das obras, mas já se passaram dois anos e não havia novamente reunião. -----

----- A recomendação era para solicitar à Junta que visse com a Câmara, dizer que estava na altura de reunir com a população e falar sobre as questões das obras do túnel de drenagem, fazer o ponto de situação, porque já sabiam que havia muitos atrasos. Ia entrar o inverno e se chovesse seria muito mais complicado do que no ano passado. Por isso a população tinha que ser informada sobre o assunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções submeteu à votação a **Recomendação “Obra do Plano do Plano Geral de Drenagem de Lisboa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Continuando, disse que havia um requerimento do BE e enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia iria endereçá-lo ao Executivo da Junta de Freguesia para o avaliarem em prazo oportuno de responder. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha dois requerimentos para entregar à Mesa, um era sobre o Porta-a-Porta e que passava a ler. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Requerimento** -----

“----- *Chegou ao conhecimento dos eleitos da CDU, por parte dos utilizadores frequentes do serviço porta-a-porta, nomeadamente de fregueses idosos e/ou com mobilidade reduzida, que o funcionamento deste serviço tem servido anomalias com frequência.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU solicitam informação sobre as causas, que nos seja dada uma informação detalhada sobre a aplicação deste regulamento no decurso do primeiro ano de vigência, nomeadamente número de agregados que se candidataram, número de agregados apoiados, número de candidaturas consideradas não elegíveis e quais as razões, número de candidaturas no âmbito do artigo 2 da alínea d) do regulamento, número de apoios por tipologia no âmbito do artigo 3.3, alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), j) do regulamento.* -----”

----- Disse que gostariam de ter essa resposta do Executivo também por escrito. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que havia mais dois requerimentos para além daqueles que já foram referidos pela sua colega Lurdes Pinheiro. -----

----- Apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Requerimento** -----

“----- *Falta de resposta aos requerimentos apresentados ao longo do presente mandato*
----- *Ao longo do atual mandato tem-se verificado uma sistemática ausência de resposta por parte do Executivo aos sucessivos requerimentos que são apresentados pelos eleitos da CDU. Sempre que esta situação é denunciada em sede de reunião da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior afirma que as respostas solicitadas serão remetidas com brevidade.* -----

----- *Na reunião do passado dia 29 de abril de 2024 foi assumido publicamente pelo Presidente do Executivo o compromisso de que tais respostas, por escrito, nos seriam enviadas até ao final do mês seguinte, ou seja, do passado mês de maio. Não obstante tais promessas, até ao momento nenhuma resposta foi dada a 12 dos requerimentos apresentados em 2021, 2022 e 2023.* -----

----- *A continuação desta situação é insustentável porque limita o normal funcionamento da Assembleia de Freguesia, infringe os prazos legais estabelecidos, impede um adequado escrutínio da ação do Executivo e dificulta a obtenção de esclarecimentos úteis e necessários à população de Santa Maria Maior.* -----

----- *Face ao exposto, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior solicitam ao Presidente da Junta de Freguesia que esclareça qual o motivo para esta reiterada ausência de resposta aos requerimentos apresentados e que, para além disso, solicitamos uma vez mais que tais respostas nos sejam enviadas com máxima urgência.* -----”

----- **Requerimento** -----

“----- *Recomendações, moções e saudações aprovadas e o seu envio para entidades terceiras.* -----

----- *Ao longo do atual mandato os eleitos da CDU têm apresentado um conjunto de moções, recomendações e saudações sobre matérias da responsabilidade direta da Junta de Freguesia ou de entidades terceiras. Na maioria das moções que foram*

aprovadas é pedido expressamente que seja enviada uma cópia para essas entidades terceiras – Câmara Municipal de Lisboa, Governo, Polícia de Segurança Pública, Associações, Organizações Sindicais, entre outras. -----

----- Não obstante, até à data não obtivemos a confirmação de que as cópias dos documentos em causa tenham sido efetivamente remetidos para esses destinatários. ---

----- Neste sentido, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior solicitam que lhes sejam facultados todos os comprovativos de envio das referidas moções e recomendações para as entidades nelas designadas. -----”

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que obviamente os requerimentos eram aceites e permitissem-lhe desde já responder ao último. -----*

----- Na última Assembleia de Freguesia foi aprovado o envio de requerimentos ou moções para entidades. Tivera a determinado momento o contato por e-mail da Assembleia de Freguesia, dirigido à sua pessoa e através de uma colaboradora que não sabia se do PCP ou do PEV, admitia que fosse do PCP, de acordo com o pedido foi enviado depois cópia do aviso de receção e do encaminhamento das moções para as entidades que estavam definidas. -----

----- Estava a tentar ver no telemóvel, mas não tinha ali presente. Certamente que através dos serviços de apoio da Assembleia de Freguesia conseguiriam identificar e se houvesse alguma falha estariam lá para melhorar, mas tinha isso presente. Não tinha presente era o nome da funcionária que fez o contato, mas ia com o logotipo do Partido Comunista e tinha respondido diretamente numa primeira fase a acusar a receção, numa segunda fase enviar cópia do documento dos CTT, o aviso de receção para a entidade.-

*----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** pediu que fossem verificadas as restantes situações que não estavam referidas nesse mail. -----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que no primeiro requerimento apresentado pelo Eleito Hugo Duarte pedia duas coisas que eram contraditórias e que tinham de estabelecer. -----*

----- Se o Executivo de Junta nesse momento prestava algum esclarecimento, deixava de fazer sentido depois o envio dos esclarecimentos por escrito. Durante algum tempo e não só nessa Assembleia, como noutras Assembleias, quando existiam perguntas a requerimentos e a respostas era prestada de imediato havia uma dificuldade de funcionamento e de prova.-----

----- Não queria com isso complicar nem facilitar a intervenção da Junta de Freguesia, que seria obviamente prestada dentro dos prazos definidos, mas várias vezes foram prestadas, na sequência de questões, respostas de imediato da parte do Executivo da Junta. -----

----- Entendia que o requerimento da forma como era feito, a resposta prestada de imediato suprimia essa ausência, mas o entendimento podia ser outro. -----

*----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que não havia contradição rigorosamente nenhuma. As situações referidas eram precisamente situações em que o próprio Executivo referiu que ou complementaria as informações prestadas no momento com esclarecimentos posteriores ou não tinha sequer possibilidade no momento e no espaço da reunião de prestar esses esclarecimentos e que os mesmos seriam remetidos por escrito. Portanto, era no fundo o cumprimento desse compromisso que exigiam, apenas isso.-----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estava a proceder ao encaminhamento imediato dos requerimentos. Pedia ao apoio para entregar ao Executivo da Junta, que por sua vez procedia posteriormente às respostas de forma escrita e assim ficaria completamente ultrapassado o processo. -----*

----- **Ponto 3 – Aprovar as Atas nº 21 e 22;** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** informou que não votaria a Ata nº 22, uma vez que não tinha estado presente na reunião. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que era só um preciosismo e pedia desculpa porque já não sabia se era na Ata 21 ou 22, mas numa delas fazia-se referência a uma declaração de voto por escrito sobre uma recomendação do Bloco de Esquerda acerca do hastear da bandeira arco-íris e não via que essa declaração de voto constasse da ata.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Ata nº 21 era relativa à reunião realizada no dia 24 de junho. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que na Ata nº 21, na página 20, aprovaram um documento sobre o programa “Festival ao Largo”, mas na proposta faltava um documento. Disseram que iriam votar e o Executivo referiu que iria enviar por e-mail, mas até ao momento não receberam nada. -----

----- Era uma pena, porque por norma era assim que o Executivo funcionava, comprometia-se a enviar os documentos e depois não os recebiam. Mais uma vez ali estava a prova. Aliás, não foi só a CDU que pediu o documento, a Eleita do PSD também pediu a mesma coisa e não receberam o documento. Era mau, porque convinha que fosse entregue. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que então não colocaria a votação a Ata nº 21 enquanto o documento não fosse enviado para todos. Na próxima Assembleia de Freguesia voltariam à Ata nº 21. Por maioria de razão, para não estar a fazer uma votação intercalar, a Ata nº 22 também ficava suspensa. -----

----- **Ponto 4 - Autorizar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegação de competências e o respectivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família e da CAF - Componente de Apoio à Família para os 2 anos letivos entre 2024 e 2026, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 244/2021-2025);** -----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que esse documento se referia ao contrato de delegação de competências entre a Junta e a Câmara Municipal de Lisboa, que no fundo era igual àquele que bienalmente levavam à Assembleia. Esse correspondia ao biénio de 2024-2025 e 2025-2026, tanto para a Escola Maria Barroso como para a Escola do Castelo. Iria então cumprir-se o serviço de componente de apoio à família e as atividades de apoio à família nessas duas escolas que eram asseguradas pela Junta.--

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que dessa forma, uma vez que o mandato terminava em 2025, garantiam que o início do ano letivo 2025-2026 fosse iniciado sem qualquer obstáculo à atividade normal e ao apoio que se prestava através do protocolo às famílias que tinham crianças nas escolas da Freguesia.-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** perguntou ao Executivo quem desenvolvia as atividades previstas no protocolo, se era uma empresa que a Junta contratava, se eram pessoas contratadas, saber como funcionava essa atividade. -----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que essa pergunta era mais adequada ao ponto seguinte, sobre as atividades extracurriculares. A CAF tinha um conjunto de recursos humanos assegurados pela Junta, com um rácio próprio consoante o número de alunos. -----

----- Adiantando-se ao ponto seguinte podia dizer que nas atividades extracurriculares a Junta de Freguesia fazia com empresas contratadas, mas sempre em sintonia com as direções das escolas. Aliás, tinha reunido com as duas diretoras, uma nessa segunda-

feira, a outra na semana passada, para articularem o desenvolvimento do protocolo consoante a vontade da escola, nesse caso as diretoras. A empresa era a Vertigo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação **Autorizar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegação de competências e o respectivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família e da CAF - Componente de Apoio à Família para os 2 anos letivos entre 2024 e 2026, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 244/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, BE e Ind.) e 2 abstenções (PCP e PEV) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Autorizar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegação de competências e o respectivo apoio financeiro no âmbito das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular para os 2 anos letivos entre 2024 e 2026, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 245/2021-2025);** -----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que estava em condições de dar uma informação. A professora da Escola do Castelo sugeriu que esse ano nas AECs fosse incluída a modalidade de andebol para ser praticada tanto na escola como no complexo da Verbena. A Junta aceitou esse pedido e queria deixar essa nota, que seria também uma modalidade incluída.-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha estado a ouvir e a pensar se iria intervir ou não sobre a proposta. Mais uma vez, desde a primeira hora que a Junta contratava empresas para, no fim de contas, desenvolver essa atividade e sabiam que outras Freguesias contratavam pessoas para isso, tinham pessoas contratadas. A Junta de Santa Maria Maior optava por contratar uma empresa. -----

----- Um dos motivos que levou à extinção das Freguesias foi para rentabilizar, para que as Juntas pudessem ter mais meios e não estivessem tão dependentes da Câmara Municipal. O que se passava era que as Juntas continuavam a estar dependentes da Câmara Municipal e não tinham forma de levar à prática as competências, tinham que contratar empresas. -----

----- Por isso o voto seria contra, porque a Junta continuava a contratar empresas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a democracia também os ensinava a respeitar as diferenças e, portanto, não valia a pena voltar a dizer o seu entendimento sobre a reforma administrativa. Compreendia o entendimento dos Eleitos do PCP e respeitava. -----

----- Submeteu à votação **Autorizar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegação de competências e o respectivo apoio financeiro no âmbito das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular para os 2 anos letivos entre 2024 e 2026, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 245/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, BE e Ind.) e 2 votos contra (PCP e PEV)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 - Apreciar a informação escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não ia falar sobre a informação escrita do Senhor Presidente. Aliás, achava que isso não era informação, mas queria levantar questões muito certas para que lhe fossem respondidas na reunião, ou na próxima Assembleia lhe dessem respostas a isso mesmo. -----

----- Já tinha enviado por escrito para a Junta, chamando a atenção para o banco das escadinhas do Largo de Dona Rosa que estava completamente destruído e até enviara uma fotografia. -----

----- Também já tinha indicado que era necessário darem uma volta à Freguesia e pintar os corrimãos, porque estava a tinta a descascar e enfiava-se a ferrugem nas mãos das pessoas, era perigoso.-----

----- Também já não era a primeira vez que perguntava e gostaria de saber quais eram afinal as obras precisas na casa de banho da Rua da Regueira. Continuava fechada e sem nenhuma indicação, se ia abrir ou não, saber o que se passava.-----

----- A mesma coisa também com a lavandaria da Rua dos Corvos, que continuava fechada há bastante tempo. -----

----- Voltava a chamar a atenção, porque na altura em que foram espalhados caixotes de lixo por toda a Freguesia tinha chamado à atenção de que se semeavam caixotes pela Freguesia toda ou pelo bairro todo e depois não seguiam a respetiva manutenção, iriam ser focos de lixo. Só não queria ter razão, mas tinha. Ao pé do parque infantil os caixotes estavam sempre que metiam nojo e mais, ervas secas, o chão muito seco. Saber se seria possível ir fazer uma limpeza àquilo e tornar mais apetecível à volta das crianças. -----

----- Havia caixotes espalhados por toda a Freguesia e no Bairro da Alfama, porque era ali onde se mexia mais. Ao meio da Rua dos Remédios havia uma série de caixotes que estavam sempre cheios, não eram substituídos, cheiravam mal e havia lixo por tudo o que era sítio. Havia caixotes rebentados, destruídos. -----

----- O que apelava à Junta era que fizessem um levantamento do que havia no bairro e depois fizessem as respetivas substituições e as respetivas lavagens.-----

----- Tinha duas perguntas que nunca fizera e gostaria de saber. Havia um edifício devoluto, que era um edifício na altura da Junta de Freguesia da Sé, ali junto ao Campo das Cebolas, esse prédio estava fechado, emparedado, em mau estado. Queria saber se a Junta tinha algum plano para ali e o que iria acontecer ali. -----

----- A mesma coisa com um espaço que foi ATL da ex Junta de Freguesia de São Miguel, saber o que a Junta pensava fazer daquele espaço. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tecnicamente a própria Eleita do PCP sabia que o momento para ter colocado essas questões seria no ponto 2 da ordem de trabalhos. A simpatia e o facto de quererem zelar sempre pelo melhor da Freguesia que permitiu não ter interrompido. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que tinha duas questões sobre a informação escrita. Dois ou três meses atrás foi feita uma reunião por causa da suposta insegurança na Freguesia e queria saber quais eram as conclusões dessa reunião. Inclusive essa reunião saiu nas notícias com a Polícia Judiciária a dizer que havia um falso sentimento de insegurança e que não era necessariamente justificado. -----

----- Era preciso perceber o que a população foi dizer a essa reunião, não pudera estar presente e gostava de ter ido, não estava em Lisboa. -----

----- Vivia-se um momento em que andava tudo cheio de medo, mas depois a realidade era contraditória com o sentimento. Portanto, era mesmo importante saber aquilo que saiu dessa reunião e o que iria ser feito. -----

----- No seu entender essa reunião tinha servido para alimentar um clima de insegurança que não existia e que não valia a pena alimentar esse monstro. Veriam as consequências disso no futuro, mas não achava que fosse um toque de génio esse tipo de reuniões. Podia-se falar de segurança, mas era noutros moldes. As pessoas tinham pretensões e era importante debatê-las e discuti-las. -----

----- Outro tema já colocado várias vezes eram os bancos, saber onde foram colocados e se foram colocados com aquelas divisões que não faziam grande sentido, como havia na Mouraria e no Martim Moniz. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que tinha estado presente nessa reunião, onde a população e os comerciantes apresentaram imensos casos acerca da insegurança, que era uma questão real. -----

----- Não sabia onde vivia o Eleito do BE, se vivia na Freguesia, mas no seu caso vivia e trabalhava na Freguesia e ainda na semana anterior dois funcionários do local onde trabalhava foram assaltados e esfaqueados. -----

----- O problema da segurança não era uma questão inventada ou que tivesse a ver com xenofobias, não tinha nada a ver com isso. O problema da segurança era real e na semana anterior, na zona do Costa do Castelo, foram assaltadas várias casas e lojas. Isso era insegurança. -----

----- Tinham que ver essas questões com seriedade, exatamente para depois os tais discursos xenófobos, os tais discursos anti-imigração e à volta da segurança, não terem razão de ser. Tinham que ser os democratas a poder assumir esse desígnio e essas aspirações da população. Bastava ter ido àquela sessão e ver que eram comerciantes e residentes da Freguesia. Bastava ir ao Martim Moniz para perceber o que se passava. --

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que concordava plenamente com aquilo que o Eleito Jorge Garcia acabou de afirmar. O maior equívoco em que podiam cair ao lidar seriamente com a questão nesse caso insegurança era acharem que se tratava de um problema inventado. Não era um problema inventado. -----

----- Percorria a Freguesia diariamente e especialmente à noite passava por zonas onde imaginava que idosos não ousassem passar, pelo ambiente que se vivia por exemplo na Baixa, no Rossio ou nos Restauradores, ou uma senhora sozinha não se aventurava a passar ali. -----

----- Estava-se a limitar a liberdade de fregueses de saírem de casa a partir de determinada hora, porque fundamentalmente o problema que via era não existir polícia de proximidade. -----

----- Ligando isso com a informação escrita do Senhor Presidente e os contatos estabelecidos, bem sabia que nesse caso foi reunião com a Polícia Municipal, mas mesmo da Polícia Municipal saber se tinha obtido alguma resposta que os deixasse um pouco mais tranquilos no sentido de haver pelo menos maior vigilância na rua. O que sentiam na cidade em geral, mas na Freguesia em particular, era que estava “ao Deus dará” e a probabilidade de se cruzarem com uma situação desagradável dependia nesse momento da sorte ou do azar, porque a população não tinha ninguém que a protegesse em termos de presença física. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que também tinha filhos que viviam na Freguesia e gostava que eles andassem de transportes públicos. No inverno às quatro e meia da tarde era de noite e por vezes cruzavam-se com situações que não eram por demais evidentes, mas se no seu caso conseguia fazer essa triagem, imaginava o que seria crianças a serem abordadas por aquelas pessoas com as solicitações dos mais variados produtos. -----

----- A presença de Polícia Municipal, esperava que agora fosse diferente, porque como devia ser do conhecimento o Presidente da Câmara fez um pedido. Não sabia se isso implicava alterações de estatutos e tudo mais, quais eram as diligências e os procedimentos necessários para que a Polícia Municipal, que eram agentes da PSP e tinham essa formação, que houvesse uma regressão ao seu estatuto original como agentes de autoridade e pudessem recuperar o seu ato próprio da profissão de fazer detenções e não serem só polícia de visual. Pensava que isso iria fazer diferença. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se fosse legal e constitucional. Todos tinham direito a ter opiniões, mas havia algo que todos tinham que cumprir, que era a legislação e os regulamentos aplicados. -----

----- Tinha ouvido alguém que considerava enquanto constitucionalista e que identificava variadíssimas dúvidas sobre a constitucionalidade. Ouvira também a intervenção do Senhor Presidente do Município do Porto e de algum modo entendia o que ele queria dizer e também tinha Polícia Municipal no concelho há muito tempo. ---

----- A legitimidade da intervenção do Senhor Presidente era total. No seu caso não lidava bem com populismos, mas não queria dizer que os outros não tivessem a dimensão de pedir os esclarecimentos. Tinha ouvido a intervenção do Senhor Presidente com muita atenção, achava que foi mais ponderada na reunião pública de Câmara do que eventualmente foi perante o microfone das estações de televisão dois dias antes, mas tinham que entender que o Senhor Presidente da Câmara estava imbuído de bom espírito e não fazia afirmações de ânimo leve sem as estudar. -----

----- Achava legítimo o que ele fez enquanto Presidente, mas já não concordava com uma matéria diferente porque tinha os aviões a passar por cima da sua casa e achava que deviam reclamar era junto dele e não junto da ANA. Esse era um problema que eventualmente teria de resolver com ele diretamente, pelo menos para o sensibilizar a ir jantar a sua casa e perceber o incómodo que era ter os aviões a passar por cima da casa.

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as questões e em primeiro lugar queria esclarecer, na medida do possível, a Senhora Eleita Lurdes Pinheiro que a doutora Maria João, que era Membro do Executivo e tinha também a área que cobria os sanitários e balneários, não pôde estar presente na Assembleia porque tinha uma consulta médica com a filha, mas não concordava totalmente com algumas das questões colocadas, dizendo ela que só se o funcionário falhou ou faltou. Tinha ficado de apurar em concreto para que depois pudessem corrigir as eventuais falhas. -----

----- Na Rua da Regueira a casa de banho que havia era aquela que estava ali em baixo, o que estava a meio da rua era um balneário e que estava a ser reformulado, sendo intenção transformar aquilo numa lavandaria social. Não estava a dizer que viessem a concretizar, mas era intenção e estavam a estudar. -----

----- Sobre a questão da segurança valia a pena uma pequena reflexão e queria dizer ao Senhor Eleito do Bloco de Esquerda, por quem tinha muita consideração, que ele estava a cometer um erro, sobretudo um erro de avaliação político-ideológica. -----

----- Não falar de segurança era entregar esse assunto à extrema-direita e aos populismos. Não falar de segurança era insistir na ideia de que não havia problemas de segurança e era entregar esse território que mexia com medos, com receios, com as coisas mais íntimas das pessoas, à extrema-direita para toda a cavalgada do populismo que depois levaria a soluções inaceitáveis, que ninguém ali certamente defendia. -----

----- Era um homem de esquerda e deviam falar das questões da segurança sem nenhum pudor, sem nenhum prurido, sem qualquer problema de falar sobre esse assunto. Tinha pena que o Eleito não tivesse ido à sessão do Martim Moniz, porque não foram permitidos discursos racistas e xenófobos e quando houve uma tentativa tinha-se

levantado imediatamente e interrompido o discurso. O lema era criticar e condenar comportamentos e não discutir ali a origem das pessoas, até porque se fossem ver concretamente havia meliantes de todas as cores, raças e feitios, de todos os credos e religiões e de todas as orientações sexuais, de todas as diversidades que quisessem referir. Eram os comportamentos e não a origem étnica de quem praticava.-----

----- Até tiveram, naquilo que podia parecer um paradoxo, uma senhora portuguesa de pele clara, caucasiana como se dizia, a dizer que a sua casa ia ser assaltada por um caucasiano e foram dois paquistaneses que impediram o assalto. -----

----- O que foi apontado ali era inadmissível que acontecesse no território e que se virasse a cara para o lado, fingindo que o problema não existia, porque já aconteceu consigo mais do que uma vez ser confrontado com mães, com crianças, “o meu filho foi-se sentar no banco do jardim e estava lá uma seringa no chão e ele mexeu nela e o Senhor Presidente é responsável se acontecer alguma coisa”. Isso não aconteceu uma ou duas vezes, várias vezes lhe referiram esse assunto. -----

----- Ainda bem que os bancos estavam separados, porque deitados era uma forma de consumir confortável e com as seringas no chão, etc. -----

----- Não tinha esse preconceito, não queria era que acontecesse mal às pessoas, fossem brancas, amarelo ou castanhas. Havia crianças de origem étnica que também sofriam com isso. Aliás, por exemplo na Rua do Benfornoso muitos cidadãos eram asiáticos e iam reclamar consigo pelas questões de insegurança que ali aconteciam. O problema não era de etnia, porque se fossem lá verificavam que era um problema de todos, ali e em qualquer sítio. -----

----- Tinham que abordar essas questões para encontrar as justas soluções e o que queria dizer a todos era que a reunião foi produtiva porque chamou à atenção para um problema que toda a gente, ou por prurido ideológico, ou porque a direita não queria saber dessas coisas e vivia nos seus guetos bem protegidos. Era na Mouraria, era malta da ralé, pensavam eles, se acontecesse que fosse ali e não à porta de sua casa. -----

----- Convidou-se o Governo, a PSP, a Polícia Municipal e a Câmara Municipal a estarem presentes. O Governo não esteve presente, a PSP não esteve presente e devia ter estado, a PM esteve e a Câmara fez-se representar pelo chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Se havia uma resposta que era necessário ter de maior visibilidade e presença policial, policiamento de proximidade, também havia um conjunto de medidas a montante que podiam atenuar de uma forma muito impressiva o problema da insegurança. Era um caderno reivindicativo que apresentaram à Câmara e que até agora não teve resposta. -----

----- Por exemplo, mais e melhor iluminação atenuava muito os problemas da insegurança e não havia. Um controle sobre o ruído e a venda de bebidas para a rua, sobretudo com limites de horários, também limitava grandemente o problema da insegurança ali no território. Tinham uma espécie de “Bairro Altização” na Freguesia, que a malta ia ali para os copos. Eram os filhos do papá, eram os meninos do papá e da mamã, mas também eram outros que achavam muito giro ir beber copos para a porta das casas dos outros, fazer xixi e cocó no chão à frente dos outros e até mandar vir, insultar e bater se algum residente refilava. -----

----- Foi dito e muito bem que à noite até já havia pessoas com medo de sair de casa, a pessoa sentia-se desconfortável, era agredida. Não podia aceitar um bando de pessoas a beber à noite e a fazer uma algazarra às quatro da manhã, que a residente refilava lá de cima e eles invadiam-lhe o prédio com pontapés à porta, “está calada sua velha, muda de bairro que isto aqui é para nós”. Não podia aceitar isso, fossem eles do PS, do BE, do

PCP, do PSD ou o que fosse, não podia aceitar isso. Fumassem eles uns charros ou não, não podia aceitar isso, como não podia aceitar que se consumisse a droga ali na rua e se deixasse as seringas no chão à mercê de qualquer criança que podia mexer. -----

----- Sim iria falar de segurança, havia um caderno de encargos que a Câmara ainda não respondeu, o controlo das bebidas e o controlo do ruído também. Sugeriu-se à polícia duas instalações da Junta em que podiam montar esquadras de proximidade e até ao momento não houve resposta nenhuma. Houve apenas uma resposta verbal da Polícia Municipal, que estava disponível para pensar sobre o assunto. -----

----- Havia um caderno de encargos que era preciso responsabilizar a Câmara, que até agora não respondeu, porque o Senhor Presidente da Câmara andava com a segurança na boca. Aliás, começou a falar nisso depois da Junta ter feito essa questão e ainda bem, mas não apresentava soluções, a não ser que a Polícia Municipal já podia prender pessoas... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha um problema de conciliação entre a Assembleia de Freguesia e individualmente. Não era habitual, seria a única vez desde que exercia as funções, mas teria que se ausentar da reunião. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- (Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Presidente da Assembleia, tendo assumido a Presidência da Mesa o Senhor Segundo Secretário, na qualidade de Presidente da Assembleia em exercício)-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que enviaram uma carta ao Senhor Presidente da Câmara, à PSP, à Polícia Municipal e ao Governo, foi enviada com aviso de receção e não teve resposta. Iriam divulgar essas cartas nas redes sociais, para perceberem também a dimensão das questões que colocaram sobre os assuntos da insegurança em Santa Maria Maior, porque ela era real. -----

----- Não podia aceitar que os poderes públicos entendessem mandar para Santa Maria Maior tudo o que era difícil, complicado, para depois ali nos bairros e nas Freguesias viverem tranquilamente. Não podia aceitar isso, porque tinha sido eleito para representar e defender as pessoas que ali residiam. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que depois de estar a ouvir o Senhor Presidente da Junta dava consigo a pensar que foi com o Governo do Partido Socialista e do PSD que foram extintas as esquadras. Agora ia o Senhor Presidente com um caderno de encargos onde uma das propostas que faziam era abrir duas esquadras de proximidade. A pergunta que fazia era, então, por que razão as encerraram. -----

----- Isso era um problema da Freguesia, era um problema da Câmara, mas era essencialmente um problema do Governo. Era preciso reforçar os meios e que se tomassem as medidas, porque ao fim desses anos chegaram à conclusão de várias coisas e essa era mais uma a juntar, que foi um erro a extinção das esquadras nos sítios onde elas existiam. Havia uma na Mouraria, havia outra em Alfama, havia outras e essas esquadras eram trabalho de proximidade. -----

----- Atualmente estavam todos de acordo que fazia falta polícia de proximidade, porque se houvesse futebol eles mobilizavam-se todos. Ainda nessa semana, no Rossio, havia imensa polícia, que até pensava que iria haver uma manifestação de polícias. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que havia uma importância fundamental em discutir a questão da segurança, em particular em momentos onde se começavam a criar narrativas que não correspondiam à realidade. Nisso concordava. -----

----- Também concordava plenamente que era preciso fazer a montante, como disse o Senhor Presidente da Junta. A segurança resolvia-se com políticas sociais, políticas de rendimento, porque sabiam que a pobreza estava muito associada ao crime. Não as

questões da imigração, que estava provado não terem impacto. Aliás, população migrante triplicou nos últimos 30 anos e a criminalidade também diminuiu quase o mesmo, não havia uma relação direta entre uma coisa e outra. -----

----- Depois achava que o problema se resumia a uma coisa, era a questão do tom, do sítio e do momento. Achava que o tom não foi o mais correcto, por mais que as intenções fossem boas e acreditava que fossem, não estava a pôr em causa, mas era preciso reconhecer o momento e o tom com que se fazia a coisa. Uma discussão sobre segurança era fundamental nesse momento e que teriam de ter a nível nacional, não se restringia à Freguesia de todo. Era uma questão nacional porque estava-se a criar uma narrativa errada e a induzir as pessoas em erro. -----

----- Acreditava que houvesse pessoas com medo de ir ao Martim Moniz à noite. Passava lá de madrugada e pessoalmente não tinha problema nenhum, mas sabia existir esse medo e era preciso desconstruir esse medo. Momentos como esse, por mais bem-intencionados, apontavam no sentido contrário e alimentavam de alguma forma o medo. Todos falavam na questão do sentimento e esse era o sentimento que tinha sobre isso. -

----- Sobre a ação da Câmara Municipal de Lisboa, o que o Carlos Moedas quis fazer foi meter xerifes, metê-los a cavalo e com uma caçadeira na mão. A Polícia Municipal não tinha que prender pessoas e precisavam de saber quantas pessoas já foram detidas até ao momento sem saber se aquilo era legal ou não. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era o Eleito do BE que estava a introduzir o discurso do imigrante, porque não tinha usado essa palavra. Naquela sessão não houve discursos xenófobos e quando alguém tentou, perfeitamente identificado, de imediato cortaram a palavra e não autorizaram isso. Foram pessoas vítimas, comerciantes e cidadãos. -----

----- O problema não era ir ao Martim Moniz, o problema era também subir a Travessa do Jordão, andar na Rua João do Outeiro, era aí o problema. -----

----- **Eleita Cláudia Vieira (PS)** disse que o problema era exatamente como foi dito pelo Senhor Presidente, não era ir ao Martim Moniz. O colega dizia que conhecia a Mouraria, mas não conhecia, o problema eram os becos. Tinha deixado de ir correr às sete da manhã porque tinha medo. A sua colega que trabalhava no Pingo Doce e entrava às sete da manhã foi assaltada por dois indivíduos com armas, com uma faca no pescoço e teve que entregar o telemóvel e o dinheiro. -----

----- Nesse momento não conseguia ir correr na sua Lisboa porque pelo Martim Moniz não podia ir. Pela Graça era o único sítio um pouco mais seguro, porque nos seus becos na Mouraria, ali no centro, não podia ir por lado nenhum. Se descesse para o Intendente era horrível, descer pelo Benfornoso era horrível, descer para a Rua da Ponte de Lima era horrível. Não sabia onde estava a Mouraria segura nesse momento e tinha medo. ---

----- Os seus filhos quando iam da escola tinham que ir de UBER, porque tinha muito medo que uma criança saísse do metro e subisse por qualquer ponto da Mouraria. A partir das cinco horas as ruas enchiam-se e ninguém estava seguro, uma mulher não era seguro andar sozinha na rua. Uma mulher nesse momento sozinha era abordada, fosse portuguesa ou de qualquer nacionalidade. Atualmente as mulheres da Mouraria eram todas intituladas como mulheres da vida e eram abordados por todo o tipo de homens. -

----- Quando o colega dizia que conhecia e estava por dentro disso, não estava. Quando o Presidente disse era verdade. Em agosto tinha ligado ao Presidente a agradecer porque nesse dia havia polícia na rua, houve muita polícia na rua em agosto a circular. Na Travessa do Jordão tinha falado com oito agentes e eles disseram que iam continuar o

serviço, tentar dar segurança, mas também acreditava que não conseguissem estar lá todos os dias e a toda a hora. -----

----- O Martim Moniz não era seguro e sabiam o que se estava a vender lá, comida a toda a hora. -----

----- **Eleita Zulmira dos Santos (PS)** disse que era uma das pessoas da Mouraria insultada por aqueles que estavam a fazer o mal, era muito insultada à varanda quando se atrevia a dizer qualquer coisa. Pegava nas palavras do Presidente. -----

----- **Ponto 7 – Autorizar a celebração do Protocolo de colaboração com a Boca de Cena, Produções Artísticas, Lda. (Proposta nº 253/2021-2025)**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era apenas a repetição de um protocolo que fizeram no ano anterior. Tratava-se do Teatro Politeama, com quem tinham uma relação de cooperação e no Natal ofereciam às crianças da Freguesia e famílias um espetáculo infantil. O teatro também tinha necessidade de licenciar a publicidade e, portanto, tratava-se de um encontro de contas para evitar que eles tivessem que fazer um esforço complementar. O problema dos agentes da cultura era sempre também de liquidez e era uma forma de ajudar uma companhia de teatro que estava ali presente no território.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização para celebração do Protocolo de colaboração com a Boca de Cena, Produções Artísticas, Lda. (Proposta nº 253/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD, BE e Ind.) e 2 votos contra (PCP e PEV)-----

----- **Ponto 8 – Apreciar e votar a 3ª Revisão ao Orçamento de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do Art.º 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 254/2021-2025)**; -----

----- **Doutora Filomena Marques** disse que essa terceira revisão se prendia com o facto de ao ser elaborado o Orçamento, em novembro do ano anterior, ainda não ter sido publicada a legislação que previa uma comparticipação do Orçamento de Estado especial para as autarquias. Isso aconteceu no final do ano e face ao volume de receita que estava previsto para o ano, 755 mil euros, só estavam nessa rubrica 10 mil e era necessário fazer a recomposição da verba a receber. O fundamento era isso a nível da receita. -----

----- A nível da despesa, foi distribuído pelas rubricas que quase no final do ano careciam de algum dinheiro. Aproveitaram para fazer a inclusão dessa verba excedentária nas rubricas que já estavam com alguma deficiência financeira. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **3ª Revisão ao Orçamento de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do Art.º 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 254/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS e Ind.), 3 votos contra (PCP, PEV e BE) e 1 abstenção (PSD)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----